

GT 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

MEMÓRIA, ARQUIVO E A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

MEMORY, ARCHIVE AND THE INSERTION OF WOMEN IN ALAGOAS' MILITARY POLICE

Fernanda da Silva Alves Calheiros - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dr.ª Magnólia Rejane Andrade dos Santos - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O presente estudo busca ampliar a visibilidade da questão da memória e da representatividade do gênero feminino na sociedade e, especificamente, no ambiente militar. À luz da Ciência da Informação e de autores como Halbwachs, Nora e Le Goff, o trabalho objetiva compreender quais são e como se organizam os documentos e as fontes de informações que guardam a memória da figura feminina na Polícia Militar de Alagoas a partir do ingresso das pioneiras da corporação alagoana.

Palavras-chave: memória; arquivos; mulher; Polícia Militar de Alagoas.

Abstract: This study seeks to increase the visibility of the issue of memory and representation of the female gender in society and, specifically, in the military environment. Under the light of Information Science and authors such as Halbwachs, Nora and Le Goff, this work aims to understand what and how the documents and information sources that keep the memory of the female figure in the Military Police of Alagoas are organized from the entry of the pioneers of the corporation from Alagoas.

Keywords: memory; files; woman; Military Police of Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

No calendário de efemérides do estado brasileiro de Alagoas, 28 de novembro é notabilizado como o Dia da Policial Feminina do Estado de Alagoas. A data foi instituída por força da Lei nº 8.118, de 21 de junho de 2019. A escolha do dia 28 de novembro, segundo o próprio texto da norma legal, remonta ao ano de 1989, quando ocorreu a formatura da primeira turma do Curso de Formação de Soldados Femininos (CFSd Fem) – marcando a chegada do primeiro contingente deste gênero às fileiras da Polícia Militar de Alagoas (PMAL).

A instituição, que contabilizava quase um século e meio de existência, rompia ali com o estigma de um quadro funcional, até então, exclusivamente masculino. Passadas pouco

mais de três décadas, o marco histórico virou data comemorativa. Entretanto há muito, e sob as mais diversas vertentes, tem-se discutido a respeito do papel da mulher e a conquista por espaço na sociedade em geral. Este estudo se propõe a direcionar o olhar sobre um aspecto peculiar: a presença da mulher no ambiente militar, a partir do prisma teórico da Ciência da Informação.

Os quartéis militares são historicamente um território predominantemente (ou exclusivamente) masculino. Embora os primeiros indícios da mudança datem de meados de 1955, foi na década de 1980 que a dinâmica da inserção da mulher ganhou mais força nas unidades federativas. Foi o que ocorreu na PM alagoana. O instrumento legal que legitimou a entrada das mulheres foi instituído no ano de 1987, mas foi em 1989 que elas entraram em ação efetivamente.

Investigar este panorama e resgatar a história guardada nos documentos que registram a trajetória da figura feminina nas corporações apresenta-se como um campo de pesquisa potencialmente frutífero. Para tanto, cabe um questionamento: Quais são e como se organizam os documentos e as fontes de informações que guardam a memória da presença feminina na Polícia Militar de Alagoas?

Considera-se que “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 2007, p.39). Dito isto, apresenta-se o objetivo geral deste trabalho, que consiste em estudar a memória conhecendo a trajetória histórica do ingresso das policiais militares femininas em Alagoas.

Ressalte-se o conteúdo aqui apresentado integra uma pesquisa maior. Como se trata de um resumo expandido, com limitações em sua dimensão, apenas uma parte foi elencada. A pesquisa original, porém, se desdobra em outros objetivos específicos que serão apenas mencionados a título de ressalva: investigar como se estrutura o arquivo funcional da Polícia Militar e de que forma este serve de aporte para a construção da memória das pioneiras da corporação; e, por fim, distinguir quais são as principais fontes documentais e qual a contribuição destas na organização do conhecimento no tocante à construção da memória institucional sob o recorte proposto.

Alicerçada sobre o aporte teórico da Ciência da Informação, esta pesquisa propõe-se a dar visibilidade à temática. Para isso, estudará as fontes documentais que guardam a memória sob este aspecto de gênero. De forma específica, o parâmetro é o primeiro contingente de mulheres incorporado à PM de Alagoas. A turma de pioneiras que se formou

em novembro de 1989 abriu caminhos para o ingresso de outras praças e oficiais¹ ao longo das décadas até chegar aos dias atuais.

Pressupõe-se que os arquivos que contêm os assentamentos funcionais do efetivo, tutelados pela Diretoria de Pessoal da PMAL, guardam informações sobre o efetivo da instituição policial militar e, além disso, da turma emblemática que, de forma inédita, foi a primeira formada exclusivamente por mulheres. Os registros de recursos humanos da instituição devem servir de referenciais e, quiçá, de pilares da memória em questão.

Pressupõe-se também que há outras fontes documentais secundárias passíveis de consideração: edições de jornais, materiais de comunicação institucional, além de fotografias e outros registros que fazem parte dos acervos pessoais de quem viveu essa história.

Investigar e refletir sobre a representatividade das mulheres na sociedade, no campo profissional e, especificamente, no ambiente militar apresenta-se como um caminho com potencial valor científico e social. As lentes da Ciência da Informação e das Ciências Sociais delimitam perspectivas diferenciadas e são elas que norteiam esta pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa proposta fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Para tanto, a metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica e participante. Toma ainda como método a análise de conteúdo e pesquisa documental com coleta de dados em fontes de informação como o acervo da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar de Alagoas, tanto no arquivo físico quanto no digital que guardam fichas funcionais e assentamentos dos servidores em geral incluindo os do primeiro contingente de policiais femininas.

A forma como esse conhecimento está registrado nos arquivos na instituição e em outras fontes documentais como jornais, material informativo institucional produzido pela assessoria de comunicação da corporação, arquivos pessoais e até nas memórias afetivas de quem vivenciou essa construção e em outras fontes de conhecimento possibilitam um campo fértil para estudos de organização do conhecimento e da memória.

2.1 A inserção da mulher nos quartéis do País e em Alagoas

No final da década de 1980, em um país recém-saído de um regime militar que perdurou por 21 anos, respirando os ares de uma nova carta constituinte, a inserção

¹ A hierarquia da instituição, em ordem crescente, é composta por praças (soldado; cabo; 1º, 2º e 3º sargentos e subtenente), praças especiais (aspirante) e oficiais (1º e 2º tenentes, capitão, major, tenente-coronel e coronel). PMAL (2023).

feminina nos quadros das corporações militares faz parte de um contexto de transformações políticas, históricas e sociais consolidadas e respaldadas pela Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Tal contexto é apresentado na Introdução do estudo técnico nacional denominado “Mulheres nas instituições de segurança pública”, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no ano de 2013. O trecho descreve:

No Brasil, a bibliografia aponta que o acesso das mulheres às polícias civis e militares passou a ser ampliado a partir dos anos 1980 – no contexto de redemocratização política – e, especialmente, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, marco para a consolidação da democracia no país. (...) Nesta nova abordagem, a inclusão de mulheres teve como objetivo a ‘humanização’ de setores das corporações policiais com o objetivo de melhorar a imagem da polícia, aproximá-la da população, e oferecer atendimento adequado à população vulnerável – mulheres, crianças, idosos, entre outros. A literatura também não ignora que a entrada de mulheres para essas funções contribuiu para liberar os homens das atividades administrativo-burocráticas, permitindo que estivessem atuando nas linhas de frente, ocupando os postos mais altos da hierarquia e participando de atos de bravura e coragem no combate à criminalidade urbana. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2013, p. 17).

Atualmente em todos os estados da Federação brasileira há a participação de mulheres nos quadros de praças e de oficiais. Segundo Calazans (2003), São Paulo foi pioneiro na inserção feminina nos quadros da polícia, no ano de 1955, depois Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981, Pará em 1982 e Santa Catarina em 1983. “A mulher ingressou nas Polícias Militares com a criação do Pelotão de Polícia Militar Feminina ou das Companhias Femininas” (CALAZANS, 2003, p. 17).

Voltando o olhar para a PMAL, passadas mais de três décadas, percebe-se que aquelas 35 mulheres abriram caminho para um universo que se ampliou. Em 2023, são contabilizadas 1.317 pfems² no serviço ativo – dentre elas, uma das autoras do presente estudo – e outras 411 que cumpriram a carreira e estão na inatividade.

As pioneiras do CFSd Fem em Alagoas escolheram Maria Quitéria de Jesus Medeiros para dar nome à turma. A baiana figura entre os heróis da Pátria sendo a primeira mulher a fazer parte do Exército Brasileiro. A combatente disfarçou-se de homem, lutando com maestria e mesmo após ser descoberta, permaneceu no efetivo e participou de diversos combates na luta pela Independência do Brasil. Foi, por fim, condecorada com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul. A honraria lhe foi entregue pelo próprio Imperador Dom Pedro I.

² Pfem é uma expressão comum no jargão militar. Consiste em uma abreviação do termo “policiaI feminina”.

Não por acaso, a figura de Maria Quitéria tornou-se um símbolo para militares femininas do País, referencial seguido pelas soldados pioneiras de Alagoas.

Figura 1 – Integrantes do CFSd Fem Maria Quitéria de Jesus, turma pioneira na PMAL



Fonte: Extraído de Alagoas (2019).

Assim como a baiana que nomeia a turma, as primeiras soldados também se tornaram um marco referencial para aquelas que ingressaram na instituição após o ano de 1989. A imagem acima, apresentada como recurso memorialístico, mostra parte das integrantes da turma em fotografia captada no quartel em Maceió. Há uma única figura masculina, identificada como o cabo José Carlos cercado por nove das 35 pioneiras.

2.2 Fontes de memória e arquivo

Le Goff (2003) afirma que o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. O autor também defende que documentos escritos sobre determinados fatos, quando deles são feitos testemunhos, vão além do tempo daqueles que foram testemunhas oculares e auriculares. Ultrapassam também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. “A constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história”, enfatiza Le Goff (2003, p. 9). A

memória é considerada como propriedade de conservar certas informações. Le Goff (2003) também afirma que a memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Enquanto

isso, Japiassú e Marcondes (2006) definem que a memória seria uma capacidade de evocar o passado através do presente, podendo ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo. Já Lowenthal (1998) salienta que a função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. A memória, segundo o autor, ajuda a entender experiências passadas e, por meio dela é possível delinear, simbolizar e classificar o mundo.

que:

Um indivíduo relembra suas memórias com a ajuda dos padrões da memória social. Em outras palavras, os vários grupos que compõem a sociedade são capazes, a qualquer momento, de reconstruir seu passado. No entanto, como vimos, na maioria das vezes, à medida que o reconstroem, eles o distorcem. Certamente, há muitos fatos, muitos detalhes de certos fatos, que o indivíduo esqueceria se outros não mantivessem a memória deles para ele. Mas, por outro lado, a sociedade só pode prosperar se houver uma unidade suficiente de pontos de vista entre os indivíduos e grupos que a compõem. (HALBWACHS, 1925, p. 391, tradução nossa)³.

Do fragmento mencionado acima, depreende-se a seguinte reflexão proposta pelo sociólogo francês: o indivíduo evoca suas memórias com a ajuda dos quadros da memória social. Os vários grupos em que a sociedade é dividida são capazes, a qualquer momento, de reconstruir seu passado. Entretanto, na maioria das vezes, e ao mesmo tempo em que o reconstroem, o deformam. Claro, há muitos fatos, detalhes de certos fatos, que o indivíduo esqueceria se os outros não guardassem a memória para ele. Mas, por outro lado, a sociedade só pode viver se, entre os indivíduos e os grupos que a compõem, existir uma unidade de pontos de vista suficiente.

O fenômeno da memória é um conjunto formado por outros dois fenômenos: a Memória Individual e a Memória Coletiva. Assim pressupõe Halbwachs (2006) na obra “A Memória Coletiva” – conceito profundamente estudado por ele. Já Nora (1993, p. 9) ajuíza que a memória se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. O autor pondera também:

³ L'individu évoque ses souvenirs en s'aidant des cadres de la mémoire sociale. En d'autres termes les divers groupes en lesquels se décompose la société sont capables à chaque instant de reconstruire leur passé. Mais, nous l'avons vu, le plus souvent, en même temps qu'ils le reconstruisent, ils le déforment. Certes, il y a bien des faits, bien des détails de certains faits, que l'individu oublierait, si les autres n'en gardaient point le souvenir pour lui. Mais, d'autre part la société ne peut vivre que si, entre les individus et les groupes qui la composent, il existe une suffisante unité de vues. (HALBWACHS, 1925, p. 391)

A memória é a vida, carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (...). A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1993, p. 9).

Pode-se recorrer a Nora (1993) para sintetizar que a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente.

2.3 Memória e suportes

Realizando uma analogia com o objeto deste estudo – o arquivo funcional da Diretoria de Pessoal (DP) da PMAL, – cumpre ressaltar que ele tem a função de armazenamento das fichas físicas de cada uma das militares pioneiras desde a inserção até o fim de suas carreiras. Parte deste acervo também foi migrada para o sistema digital.

O arquivo da DP, historicamente, fica localizado nas instalações originais do Quartel do Comando Geral da PMAL, no Centro de Maceió. Após a estrutura secular ser condenada pela Defesa Civil Estadual, o prédio histórico foi desocupado em 2019 e fechado para reforma. Até junho de 2023 a obra segue em andamento.

O material do arquivo foi armazenado em uma estrutura temporária para onde a Diretoria de Pessoal foi realocada, nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante, no bairro Tabuleiro do Martins, em Maceió.

A instituição também conta com os registros de recursos humanos em plataforma digital, o chamado Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos. Nele, as fichas funcionais estão armazenadas em formato eletrônico e são acessadas por usuários da intranet da instituição desde que legalmente autorizados. Sendo assim, pode-se aferir que:

Independente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana. Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas (...). (TOUTAIN, 2012, p. 16).

O estudo aqui proposto pode endossar a literatura que ainda é relativamente escassa. Apresenta-se, portanto, como um terreno para a Ciência da Informação. O fato é que, conforme afirma Toutain (2012), os arquivos – na sua missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental – são fontes de informação e conhecimento que

proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de uma nação.

Com o acesso às fichas e posterior análise, presume-se, é possível traçar o perfil geral das pioneiras do CFSd Fem. O arquivo é, portanto, uma rica fonte documental sobre os aspectos institucional e histórico, posto que, em Alagoas, se trata de uma turma paradigmática. Elementos que compõem esse percurso e seus desdobramentos – pressupõe-se, estão guardados, documentados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que presença da mulher no meio militar, de forma específica, na polícia militar já está consolidada. Em Alagoas a figura da policial feminina já é parte em todos os setores, havendo ainda aquelas que ocupam postos de comando de unidades operacionais e cargos de chefia. O construto histórico dessa trajetória é peça chave neste estudo.

Como a pesquisa segue em andamento ainda não é possível definir de forma clara como tal conhecimento, no caso dos arquivos, está organizado. As hipóteses propostas mediante os pressupostos ainda carecem de respostas, respostas estas que devem ser encontradas no trajeto da pesquisa em etapas como o acesso ao arquivo da Diretoria de Pessoal (tanto o físico, quanto ao ambiente digital).

Este estudo preliminar também demonstra relevância para erguer debates a respeito da representatividade feminina em paralelo com a preservação documental. Esta pesquisa possui também um caráter bivalente: político e social. Delimita a participação de mulheres que vestiram a farda rompendo a hegemonia historicamente masculina ensejando em transformações quanto ao papel social da mulher no interior de uma profissão e, por consequência, da sociedade.

O fato é que a pesquisa em questão levanta propostas de debates enquanto propõe-se a aumentar o escopo de estudos transversais entre Ciência da Informação e representatividade de gênero. Resgatar e, conseqüentemente, amplificar esta memória é importante para que o conhecimento não se perca.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 8.118, de 21 de junho de 2019.** Institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado de Alagoas. [2019]. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1606>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **28 de novembro:** Dia da Policial Feminina é celebrado em Alagoas. 2019. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/noticia/872-28-de-novembro-dia-da-policial-feminina-e-celebrado-em-alagoas>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Alagoas celebra Dia da Policial Militar Feminina.** 28 nov. 2021. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/noticia/2102-alagoas-celebra-o-dia-da-policial-militar-feminina>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Hierarquia da Corporação.** 2023. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/institucional/hierarquia-da-corporacao>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais:** um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2940>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CONHEÇA os Heróis e as Heroínas da Pátria. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroínas-da-patria>. Acesso em: 8 de jun de 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. **Les Cadres Sociaux de La Mémoire.** Paris: Librairie Felix Alcan, 1925.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História.** n. 17, p. 63-201, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>. Acesso em: 12 de out. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História,** n.10, p.7-28, dez. 1993,

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres nas instituições de segurança pública:** estudo técnico nacional. 2013. Disponível em:

<https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2308/1/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

STARLING, H.; PELEGRINO, A. (Org.). **Independência do Brasil**: As mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

TELES, S. J. **Briosa**: a história da Polícia Militar de Alagoas no olhar de um jornalista. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. *In*: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (org.). **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15-21. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5613/1/preservacao_documental-1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.